

# Ensino Superior na América Latina e no Brasil: Reformas e a Internacionalização

*Higher Education in Latin America and Brazil: Reforms and Internationalization*

 Adriana Pereira Frony \*  
 Fabrício Teodoro Abdel Qader \*\*  
 Juciele Rosa Ortiz da Silva \*\*\*

Recebido em: 22 jul. 2023  
 Aprovado em: 6 maio 2023

**Resumo:** O presente artigo propõe a apresentar o estudo sobre as Políticas e as Reformas Universitárias na América Latina e Brasil, bem como identificar os sistemas educativos, os contextos históricos, a internacionalização e mobilidade estudantil ao longo do século XX. A educação superior durante o século XX na América Latina esteve pautada nas conjunturas políticas e ao finalizar o século com uma nova etapa histórica, com o surgimento do terceiro setor adentrando ao espaço da educação, houve certa transformação no eixo das políticas públicas que passaram a interferir na educação, pois a competitividade econômica do mundo globalizado agiu de forma direta no contexto educacional. A realidade veio alterando de forma a atender diferentes necessidades, oferecendo oportunidades para mais camadas da sociedade dentro do país e a internacionalização da educação superior ao invés de atender a necessidade do estudante para melhor atuar no mercado de trabalho abriu as fronteiras para uma educação mais qualificada. Com isso, as reformas na educação superior foram fundamentais para a garantia de uma educação que viesse atender aos anseios sociais, a formação das competências que passaram a ser exigidas na atualidade.

**Palavras-chave:** Internacionalização. Educação Superior. América Latina. Reformas.

**Abstract:** This article proposes to present the study on University Policies and Reforms in Latin America and Brazil, as well as to identify educational systems, historical contexts, internationalization and student mobility throughout the 20th century. Higher education during the 20th century in Latin America was based on political conjunctures and at the end of the century with a new historical stage, with the emergence of the third sector entering the space of education, there was a certain transformation in the axis of public policies that began to interfere in education, because the economic competitiveness of the globalized world acted directly in the educational context. Reality has been changing in order to meet different needs, offering opportunities to more layers of society within the country and the internationalization of higher education with a view to meeting the student's need to better operate in the job market has opened the frontiers for a more qualified education. With this, the reforms in higher education were fundamental to guarantee an education that would meet social expectations, the formation of skills that are now required.

**Keywords:** Internationalization. College education. Latin America. Reforms.

**Resumen:** Este artículo se propone presentar el estudio sobre Políticas y Reformas Universitarias en América Latina y Brasil, así como identificar sistemas educativos, contextos históricos, internacionalización y movilidad estudiantil a lo largo del siglo XX. La educación superior durante el siglo XX en América Latina se basó en coyunturas políticas y al finalizar el siglo con una nueva etapa histórica, con el surgimiento del tercer sector ingresando al espacio de la educación, hubo una cierta transformación en el eje de la educación pública. Políticas que comenzaron a interferir en la educación, porque la competitividad económica del mundo globalizado actuaba directamente en el contexto educativo. La realidad ha ido cambiando para atender diferentes necesidades, ofreciendo oportunidades a más capas de la sociedad dentro del país y la internacionalización de la educación superior con miras a satisfacer la necesidad del estudiante para desenvolverse mejor en el mercado laboral ha abierto las fronteras para una formación más calificada. Educación. Con ello, las reformas en la educación superior fueron fundamentales para garantizar una educación que respondiera a las expectativas sociales, la formación de competencias que ahora se requieren.

Palabras clave: Internacionalización. Educación universitaria. América Latina. Reformas.

\* Adriana Pereira Frony é graduada em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Brasília - UCB, pós-graduada em Docência de Administração pela UNEB e em Gestão Escolar pela Universidade de Brasília - UnB. Contato: adriana.frony@gmail.com

\*\* Fabrício Teodoro Abdel Qader é graduado e licenciado em história pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), mestrando em Ciência da Educação pela Universidad de La Empresa (UDE). Coordenador pedagógico de ensino na Secretaria Municipal de Educação de Forquilha - SC. Contato: fabricio\_abdel@hotmail.com

\*\*\* Juciele Rosa Ortiz da Silva é licenciada em Pedagogia pela UDF, pós-graduada em Psicopedagogia e Gestão Administrativa Educacional; extensão em Alfabetização e Linguagem pela Universidade de Brasília - UnB. Professora de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do DF - SEEDF. Contato: juciele.rosa@se.df.gov.br

## Introdução

A história da Educação Superior na América Latina é marcada por inúmeras fases de reformas, cujo resultado de diversas tensões impulsionaram novas formas de regulamentação.

No século XX muito se fez pela evolução e avanço da educação superior no Brasil e na América Latina. Contudo, para trabalhar e planejar o futuro faz-se necessário uma visita ao passado para conhecer o que formou parte de uma história de mudanças e propostas para uma educação superior melhor e de qualidade para todos na América Latina e no Brasil.

O objetivo do presente artigo é compreender o contexto histórico-cultural, as políticas e reformas universitárias na América Latina, a evolução da educação superior e os desafios enfrentados durante o processo que impulsionou a internacionalização do sistema de educação.

A internacionalização da educação, um dos pontos de importância tratados, partindo da observação da dinâmica das universidades no contexto do Século XXI, será apontada pelo Professor PHD Claudio Rama, professor da Universidad de La Republica Uruguay, ao que se refere ao desenvolvimento e continuidade da internacionalização da educação superior. A internacionalização educacional é um processo global em expansão dentro de um sistema econômico mundial imerso e que ao mesmo tempo está inserido em uma diversificação e complexidade de todas as suas dimensões e áreas em que se expressa, entre as quais os sistemas educacionais locais. (RAMA, 2015. p. 5. tradução nossa)<sup>1</sup>.

Pela ótica do PHD José Camilo dos Santos Filho, professor da UNICAMP, o autor traz que internacionalização indica o esforço continuado de mudança ou evolução que compreende as relações entre nações, culturas ou países.

A internacionalização da Educação Superior como instrumento de cooperação dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento por razões acadêmicas, culturais e políticas vem evoluindo para a internacionalização por razões econômicas para oferta de serviços educacionais como “mercadoria” cara a ser vendida aos países menos desenvolvidos. (SANTOS FILHO, 2020, p. 29).

A história da Educação Superior na América Latina está marcada por inúmeras fases de reformas cujo resultado de diversas tensões impulsionaram novas formas de regulamentação.

Para compreender o que é a internacionalização da educação é primeiramente necessário ter um conhecimento do conceito de globalização. Globalização é o processo que aproxima as sociedades e nações existentes por todo o mundo, na forma econômica, social, cultural ou política. Porém, o que se destaca

mais na globalização é a integração de mercado existente entre as nações.

A globalização permitiu uma maior conexão entre pontos distintos do planeta, fazendo com que compartilhassem de características em comum, ou seja, um mundo globalizado onde tudo está interligado. O processo de globalização se constitui pelo modo como os mercados de diferentes países e regiões interagem entre si, aproximando mercadorias e pessoas.

Uma das consequências da globalização foi a quebra artificial de fronteiras, gerando uma expansão capitalista, onde foi possível realizar transações financeiras e expandir os negócios até então restritos ao mercado interno para mercados longínquos e em crescimento.

Em suma, o conceito de globalização é elaborado de diferentes formas conforme as diversas vertentes do conhecimento, como: Geografia, Ciências Sociais, Economia, entre outras que pautaram este assunto em seu estudo. Para sintetizar, pode-se dizer que a globalização pode ser entendida como a integração das relações sócio espaciais em escala global, operacionalizado pela conexão entre as diferentes partes do globo.

Esta espécie de “aldeamento global” transformou em muito a educação a nível mundial, principalmente a educação superior, pois aproximou modelos e sistemas educacionais bem como as grandes corporações de ensino.

Rama em seus estudos propõe como ocorre o processo da internacionalização para a educação superior esclarecendo a grande importância da internacionalização da educação superior dentro do processo de ensino aprendizagem na América Latina, com foco principal no Mercosul.

## 1. A internacionalização da educação

Os sistemas educativos estão em processo transformação a nível mundial por divergências e convergências entre sistemas educativos nacionais e internacionais, impulsionados pelas novas lógicas de mercado:

Essas realidades estão transformando os mercados de ensino superior, pois são impulsionados pelas forças do mercado, demandas da sociedade, expansão de novos conhecimentos, políticas governamentais e padrões internacionais. Neste sentido, estamos perante um novo cenário educativo marcado pelo novo papel do ensino superior e que se articula com crescentes componentes internacionais e transnacionais. (RAMA, 2015, p.9. tradução nossa).<sup>2</sup>

Essas transformações estão diretamente ligadas às inovações tecnológicas que atualmente estão tornando-se cada vez mais rápidas e necessárias, pois dentro de um mercado que agora é global as novas lógicas laborais acabam por mudar a realidade da educação. Neste

contexto os diferentes modelos educacionais acabam por cruzar as fronteiras de várias nações:

Historicamente, a educação nacional formou-se no quadro das fronteiras nacionais como um serviço exclusivamente nacional com a sua lógica de pertinência, currículo, qualidade e com instituições e atores nacionais próprios. No entanto, no cenário da globalização e da formação da sociedade da informação e do conhecimento, percebe-se como uma educação com crescentes componentes internacionais começa a se estruturar com diferentes dimensões e intensidades em países e regiões. (RAMA, 2015, p. 10. tradução nossa).<sup>3</sup>

Como é possível observar, Rama mostra que o processo de aproximação entre mercados internacionais faz com que a educação tenha que cada vez mais incorporar componentes internacionais como mobilidade e qualidade.

Neste processo em curso acelerado, estão a ser geradas múltiplas tensões sociais e econômicas derivadas do aumento da concorrência, novos paradigmas educativos que confrontam as realidades tradicionais, um incentivo direto à mercantilização da educação e da oferta privada e a própria interação dos sistemas educativos nacionais no mercado internacional cenário. (RAMA, 2015, p. 11. tradução nossa).

O autor faz uma discussão sobre a internacionalização da educação como um processo em constante avanço, mas, de baixa intensidade pois está ainda regulada por dimensões políticas e econômicas. Porém a internacionalização também é impulsionada por vários motores como:

- **De mercado:** expansão da educação privada em todo o mundo, aumento da demanda por educação superior, necessidades comuns dos estudantes, aumento da exigência por competências profissionais no trabalho, entre outras.
- **De custos:** custos decrescentes da comunicação e conectividade, políticas de abertura que igualam as condições de produção e comércio dos produtos locais e globais, criação de economias de escala de gestão e desenvolvimento de marcas de educação globais, diferença dos custos salariais dos docentes em escala mundial, entre outras.
- **De governo:** políticas de abertura favoráveis ou resistentes a oferta externa para cobrir demandas insatisfeitas da educação, redução relativa dos gastos públicos em educação superior em relação às demandas, normas técnicas compatíveis através do estabelecimento de modalidades de acreditação, padrões de qualidade e requisito de ofertas comuns, entre outras.
- **Competitivos:** expansão de novos provedores globais e nacionais e aumento da competência nos

mercados educativos, restrições do mercado interno para organizar níveis de ofertas rentáveis pela alta diferenciação disciplinar, surgimento de mega universidades com novas modalidades pedagógicas mais eficientes em termos de custo, qualidade e cobertura, entre outras.

- **Tecnológicos:** revolução das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) e expansão em escala global facilitando a educação transfronteira, mudanças tecnológicas e convergência digital que facilita o uso compartilhado de materiais educativos, entre outros.

- **Acadêmico:** expansão de novos campos acadêmicos, aumento das demandas por qualidade, especialização acadêmica das instituições, entre outras.

Esses motores continuaram influenciando o ensino superior também nas próximas décadas, devido a esses motores tanto o Ensino Superior quanto a produção acadêmica sofrem mudanças podendo ser política ou acadêmica, muitas delas com resistência o que é normal, pois cada país tende a incorporar a internacionalização, mas ao mesmo tempo tenta proteger o mercado educacional interno.

A internacionalização ganha espaço quando o mercado interno, principalmente o público, não é suficiente para atender a demanda.

O fato de o mercado laboral tanto nacional quanto global buscarem novas competências de seus funcionários gerou uma intensa massificação da educação que o sistema educativo público já não dá conta de atender. Neste contexto cresce a oferta de universidades privadas que através da virtualização promovem uma oferta educacional mais acessível, barata e com horário muito mais flexível que a educação presencial tradicional. Desta forma a educação deixa de fazer parte dos bens públicos e passa para os bens internacionais, deixa também de ser um direito de 1º geração (individual) e torna-se de 3º geração (internacional).

Considerando Santos Filho, o autor apresenta que na *"dimensão intercultural, a internacionalização também se refere à diversidade étnica/cultural dentro dos países, das comunidades e instituições"*.

A dimensão global, embora apresente controvérsia, aparece no sentido de expressar o escopo mundial. Havendo uma complementaridade entre essas dimensões, que juntos integram a riqueza da amplitude e profundidade da internacionalização. O conceito de integração visa denotar o processo de incorporação da dimensão internacional e intercultural nas políticas e nos programas para assegurar que essa dimensão permaneça central e sustentável, e não apenas marginal, com propósito de que sejam entendidos de forma articulada.

A educação vem se transformando ao longo do

tempo, deixando de ser algo destinada apenas às classes mais abastadas e atingindo também as camadas mais populares. Esse processo se dá a partir das reformas.

A primeira reforma consiste na autonomia e no co governo que as universidades alcançaram durante o século XX, pois as camadas médias da sociedade ansiavam por ocupar maior espaço dentro da sociedade acadêmica local que era até então restrito às elites, como é possível observar neste fragmento do texto:

Este foi o estopim para a primeira reforma universitária da América Latina, marcada pela Reforma de Córdoba em 1918, que se espalhou e se instalou em toda a região e que, ao promover a autonomia universitária e o co governo, contribuiu decisivamente para a ampliação da cobertura dos serviços públicos universidades, superando os modelos elitistas e democratizando o acesso ao ensino superior para vastos contingentes urbanos que, graças à formação profissional, iniciaram uma ampla mobilidade social ascendente. (RAMA, 2015, p. 46. tradução nossa).<sup>5</sup>

A segunda reforma trata da mercantilização e da dualidade da educação, segundo o autor entre os anos 60 e 70 houve um novo movimento estudantil latino-americano contrário ao modelo universitário atual da época, pois já não satisfazia suas necessidades.

Esta reforma gira em torno da questão econômica na América Latina, Rama faz relação entre a dualidade da educação (modelo público e privado) a crise econômica e política que atingiu os países latino-americanos entre 60 e 70.

A crise dos modelos substitutivos de industrialização, a queda dos preços dos produtos primários - ambos eixos que estiveram na base do modelo de inserção dominante na economia mundial -, marcaram o contexto de um novo cenário caracterizado por crises fiscais permanentes e equilíbrio de pagamentos e a incapacidade dos governos de manter as taxas de financiamento exigidas pelo ensino superior público para cobrir as crescentes demandas de novos graduados. (RAMA, 2015, p. 47).<sup>6</sup>

Como resultado da segunda reforma, possibilitou-se o aumento substancial das universidades privadas, contribuiu com a massificação e a feminização da educação e também com a desregulação de políticas públicas, pode se tomar como exemplo políticas de ingresso nas universidades.

Como é possível observar nestas reformas que o acesso à educação superior foi exponencialmente aumentado, surgiu uma nova gama de universidades e sociedades anônimas de educação, massificação da educação e novos marcos normativos. Para conseguir regular e gerir todas estas mudanças, surge então a terceira reforma que nos mostra o processo de criação de sistemas de controle de qualidade e a internacionalização da educação. Sendo

que a educação deixa de ser dual e torna-se um modelo tripartite (público, privado e transnacional).

A terceira reforma se dá em um contexto complexo de intensas transformações caracterizadas pela expansão de novos conhecimentos e a educação permanente, esta característica está associada ao que o autor chama de “divisão técnica do trabalho” (RAMA, 2015, tradução nossa<sup>7</sup>), isso contribui para o surgimento de várias carreiras e modalidades de ensino, colocando o aluno em um processo de educação permanente onde o mesmo precisa estar em constante processo de especialização para não ficar fora do mercado de trabalho.

Como segunda característica destaca-se a questão das novas tecnologias e a virtualização da educação:

A educação virtual, além de ser um modelo pedagógico diferenciado, nos introduz no cenário da “sociedade de acesso”, no sugestivo livro de Rifkin “A era do acesso” em que analisa como a prestação de serviços, inclusive a educação, será distribuída digitalmente através da autoestrada da informação. As NTIC permitem a passagem da educação a distância para a educação virtual, a passagem do modelo analógico para o digital, da pedagogia das palestras (ou casos) para a pedagogia da simulação. (RAMA, 2015, p. 53. tradução nossa).<sup>8</sup>

Esta modalidade de educação traz componentes diferenciados, sendo um deste a possibilidade de interatividade que o antigo modelo educacional a distância não permitia. A modalidade voltada para a virtualização permite uma redução do custo da educação, desta forma destaca-se que “A educação presencial, por sua estrutura de custos, pode se tornar uma educação para elites, e a educação virtual, por suas escalas, uma educação universal” (RAMA, 2015, p. 53. Tradução nossa<sup>9</sup>). A educação virtual neste contexto torna-se necessária para atender as demandas por especialização, pois possibilita maior mobilidade e menor custo.

Para finalizar as características da terceira revolução, no contexto identifica-se que o Estado passa a ter um novo papel no processo educacional através da elaboração de novas regulações nacionais e internacionais para a educação. A educação se reestruturou a partir dos anos 90 motivada tanto por crises quanto por pressão popular, o estado passa a perceber a necessidade de conseguir gerir de modo mais eficiente essas mudanças, para isso o autor apresenta quatro etapas deste processo, são elas:

- Convencer, negociar e gerar uma estrutura normativa.
- Estabelecimento, com forte orientação para vigilância e controle expresso no fechamento de instituições.
- Incentivos, expressos no desenvolvimento de políticas associadas aos sistemas de controle.

- Coordenação internacional, tentando estabelecer semelhanças entre procedimentos e esquema de medição.

Todas estas etapas fazem parte da internacionalização da educação e estão construindo as novas bases normativas da educação na América Latina, tentando desta forma aproximar modelos distintos de educação e gestão escolar.

Estratégias como a educação transfronteira, são apontadas, pois segundo o estudo, todas as reformas, cada qual com suas características acaba possibilitando que modelos educacionais migrem para outras regiões onde o sistema local não provém o necessário, é o caso de países que estão passando de uma sociedade industrial à sociedade do conhecimento.

Santos Filho indica a educação transfronteira como uma forma de inclusão de conhecimentos, habilidades e valores internacionais e interculturais, sendo uma estratégia que implica significativamente na internacionalização e que necessita de indicadores operacionais de sua implementação para que sejam feitas avaliações periódicas.

A implementação efetiva dessa política implica no comprometimento efetivo, seja no nível estatal, seja no nível institucional, com a incorporação explícita da dimensão da internacionalização nos propósitos e nas funções atuais da universidade contemporânea. (SANTOS FILHO, 2020. p.29)

A internacionalização da educação superior é uma das manifestações mais importantes no marco educativo mundial, pois impulsiona uma constante concorrência entre sistemas educativos, universidades e também entre alunos e professores, na disputa por espaço e qualidade:

A existência de assimetrias internacionais em termos de qualidade, diversidade, relevância, equidade e abrangência dos sistemas nacionais é o fator determinante e impulsionador da internacionalização. Tais assimetrias impulsionam demandas ou oportunidades de treinamento que normalmente não são alcançadas na educação em nível local ou sub-regional. Essas diferenças entre os sistemas são os eixos da dinâmica que impulsiona a competitividade pela qualidade e valor das certificações por meio da internacionalização nos diversos mercados universitários globais. (RAMA, 2015, p. 65. tradução nossa).<sup>10</sup>

Como é possível observar na citação acima, o que impulsiona a internacionalização não são as semelhanças entre os sistemas educativos e sim as diferenças pois, muitas destas não são possíveis de serem encontradas nos sistemas locais, tornando um fator importante para o aluno a hora da escolha de uma instituição de ensino.

Seguindo por esse caminho das diferenças entre os

modelos educacionais internos e externos, verifica-se algumas tipologias ou categorias destas diferenças, são elas: fraqueza na aprendizagem, baixo número de ofertas locais, custos comparativos mais altos, falta de recursos de ensino e aprendizagem, baixa complexidade e especialização acadêmica, baixa concorrência entre instituições e baixa articulação do currículo acadêmico com pesquisa e trabalho.

Essas diferenças proporcionam o ambiente perfeito para o desenvolvimento da internacionalização, o que é retratado por alguns eixos da internacionalização da educação superior:

- Internacionalização docente e estudantil que corresponde a mobilidade de docentes e estudantes a outras regiões ou países em busca do acesso à educação superior.
- Internacionalização produtiva representa a chegada de grupos educacionais estrangeiros que para competir no mercado educacional nacional compram instituições de ensino já estabelecidas. Essas instituições têm como impulsionador a questão da educação “for profit”, ou seja, que tem como objetivo gerar lucro.
- Internacionalização transfronteira e das indústrias educativas, ambas são responsáveis pela diversidade de sistemas educacionais globais, são impulsionadas pela educação a distância, virtualização de materiais e recursos educacionais e também pela terceirização da prestação de serviços de apoio acadêmico.
- Internacionalização do currículo é abordado como uma das primeiras internacionalizações da educação superior, corresponde tanto aos conteúdos como às estruturas e formas de organização educativa.

Todo esse processo de convergência e divergência proporcionado pela internacionalização da educação, faz com que nos questionemos sobre a eficácia e a qualidade da educação oferecida por estas instituições internacionais.

Para garantir a qualidade do ensino surge a necessidade de haver uma certificação tanto nacional quanto internacional, pois essas instituições mencionadas anteriormente não estão submetidas ao controle do Estado pelo fato de serem instituições privadas e não públicas, serem autônomas e de estarem competindo dentro de um livre mercado.

Os parâmetros de acreditação e avaliação tem evoluído ao longo destas transformações, deixou de ser uma avaliação qualitativa para ser quantitativa, trocou a auto avaliação pela avaliação externa entre outras mudanças.

O processo de acreditação ou certificação agrega segundo o autor valor ao conhecimento produzido bem como ao próprio capital humano, neste contexto as certificações internacionais trazem consigo maior relevância e prestígio.

Ao falar de internacionalização da educação superior não podemos deixar de mencionar que o autor chama de novos atores internacionais da universidade de negócios.

A Educação Superior privada na América Latina ganhou mais notoriedade a partir dos anos 70, pois passou a concorrer diretamente com a educação pública estabelecendo como já mencionado anteriormente um modelo dual de educação. A educação privada primeiramente focou sua atenção em um mercado específico formado por pessoas que por algum motivo não tinham acesso à educação superior pública. Neste contexto surge as instituições “for profit e non profit”.

A gestão privada das instituições de ensino superior pode ser diferenciada entre com fins lucrativos e sem fins lucrativos. A primeira expressa-se numa dinâmica orientada para o lucro e onde do total dos lucros obtidos pela atividade econômica das universidades, uma parte é normalmente reinvestida no funcionamento e crescimento da instituição, mas outra parte é transformada em lucro direto para os seus membros proprietários por meio do pagamento de dividendos. (RAMA, 2015, p. 103. tradução nossa).<sup>11</sup>

A educação “for profit” é o modelo que mais se difundiu tanto em contexto global como dentro do Mercosul, tendo este modelo de educação a finalidade de gerar lucro promove um acúmulo de capital que pode ser revertido em melhorias para o próprio sistema que por sua vez oferece melhor qualidade de ensino e estrutura aos seus dependentes.

Por sua vez os modelos educacionais “non profit” não tem fins lucrativos o que se arrecada é revertido para as despesas da instituição, por tanto gera um acúmulo de capital menor que o modelo mencionado anteriormente. Estas instituições apesar de terem ideias diferentes em relação ao lucro são privadas, algumas pertencem a grandes conglomerados educacionais e a sociedades anônimas. O autor cita alguns exemplos de grandes grupos educacionais, são exemplos, o grupo Laureate, grupo Withney, grupo Kroton, grupo DeVry e o grupo Pearson. Estes grupos possuem milhares de alunos espalhados pelo mundo, estes grupos se estabeleceram globalmente através da compra de universidades já estabelecidas nas mais diversas regiões e também por optar por modelos curriculares diversificados como a virtualização e o ensino a distância.

A educação a distância vem cada vez mais se difundindo no contexto educacional da América Latina principalmente como forma de garantir o direito ao acesso

à educação superior. Os grupos educacionais têm utilizado do processo de virtualização para conquistar cada vez mais alunos através de vantagens como preço, acessibilidade, horário entre outras. A virtualização da educação a distância está regulada por marcos legais e normativos que cada vez mais sofrem influência da legislação internacional

A educação torna-se cada vez mais global devido às transformações do mercado de trabalho que exige novas competências, por sua vez, o mercado busca algum diferencial entre os candidatos aos postos de trabalho, pode uma pós-graduação, mestrado ou doutorado, ocorre então que muitas pessoas afastada a tempos da universidade necessitam voltar a estas para se qualificarem como forma de conseguir ou garantir a continuidade de seu trabalho.

Neste contexto a matrícula em universidades privadas vem crescendo muito na América Latina, pois as universidades públicas para garantir a gratuidade tem criado mecanismos de seleção que acabam muito mais excluído que incluídos novos estudantes, desta forma abre caminho para a educação transfronteira e a inserção de novos modelos educacionais na América Latina.

## 2. Políticas e reformas universitárias na América Latina

Durante o século XX a maior parte das instituições de ensino seguiam o modelo público, esse modelo privilegiava a classe média da sociedade latino-americana, divergindo das universidades elitistas do século XIX.

Neste contexto, o autor destaca três reformas da educação superior que possibilitaram a formação dos modelos educacionais atuais presentes na América.

A primeira reforma transformou o acesso à educação superior, pois a educação pública não era suficiente para atender as necessidades da demanda educacional. Marcada pelo desejo de modernização, a primeira reforma teve como características dentro das quais podemos destacar, a educação superior era um serviço presencial e nacional, se produzia pouca inovação tecnológica, as universidades eram autônomas e se administravam através de co-governos. Outro impulsionador desta reforma foi a massificação da educação que deixará de ser algo restrito às elites para tornar-se de domínio público.

Apesar das pertinentes transformações a primeira reforma foi acompanhada de vários problemas, houve o crescimento de matrículas, mas estas não foram acompanhadas por aumento nos investimentos e financiamentos sendo assim o poder público ficou com dificuldades em manter o sistema público de educação, esse aumento exponencial de matrículas causou também o enfraquecimento na qualidade da educação.

A segunda reforma, destaca-se por proporcionar o surgimento de instituições de ensino privadas, que primeiramente não tinham finalidade de gerar lucro (non profit) como por exemplo as sociedades anônimas e religiosas. Posteriormente houve o incremento bem como o aumento das instituições privadas que por sua vez foram impulsionadas pela massificação da educação.

Abaixo outro ponto importante destacado é a feminização da educação:

Uma das mudanças mais marcantes na demanda se dá pelo crescimento da matrícula feminina na população universitária da região. Até o final do século, a matrícula feminina é maior em quase todos os países e em quase todas as carreiras do que a masculina, indicando que as antigas bandeiras que promoviam a participação feminina, pelo menos nessa área, foram alcançadas e que o perfil da demanda estudantil mudou radicalmente nos últimos anos. (RAMA, 2016, p. 21. tradução nossa).<sup>12</sup>

A educação foi por muito tempo algo destinado às elites, mas também ao sexo masculino, hoje essa diferenciação de gênero já quase não existe mais pois como é possível observar no artigo do jornal uruguaio - El País, sobre a entrada de mulheres na educação terciária do Uruguai onde, de cada 10 alunos que entram no ensino superior apenas três são do sexo masculino, isso demonstra uma crescente busca por qualificação e autonomia por parte das mulheres.

Pensando em fatos como o retratado neste artigo de jornal é necessário que pensemos como o currículo educacional de nossos países ou estados está estruturado para atender essa nova demanda educacional que constantemente transforma as relações entre as pessoas. Apesar de a segunda reforma ter ampliado o acesso ao ensino superior, por outro lado não havia políticas ou normas que garantissem a qualidade do ensino oferecido.

A terceira reforma tentou sanar as debilidades deixadas por reformas anteriores, suas principais características são, surgimento de mecanismos de acreditação e certificação das instituições de ensino, internacionalização da educação superior a partir de novos provedores (público, privado local e privado internacional), crescimento de modelos educacionais a distâncias possibilitados pela virtualização.

O mercado laboral está diretamente ligado a essas reformas, pois o mesmo passou a exigir da classe trabalhador novas competências, ou seja, novos conhecimentos e habilidades para lidar por exemplo com as constantes transformações tecnológicas, domínio de outros idiomas necessários para o trabalho internacional global, necessita-se cada vez mais de especializações que os modelos públicos não conseguem oferecer.

As reformas foram importantes, pois possibilitaram que as instituições de ensino, tanto públicas quanto

privadas, tivessem autonomia em seus modelos de gestão, ou seja, o estado passou a interferir cada vez menos dentro destes centros educativos.

Pode-se ligar o surgimento destas gamas de instituições a ascensão de governos democráticos pela América Latina por volta dos anos 80 e 90 com o fim de várias ditaduras como no Brasil e Argentina. No setor privado a criação de novas instituições foi possibilitada pela grande demanda estudantil e as divergências entre o governo e o setor público. Pode-se apontar neste momento como impulsionador das universidades privadas a questão do valor agregado ao trabalho especializado em relação aos sem especialização, a educação passa a ser concebida como uma mercadoria lucrativa.

Com todos estes acontecimentos há uma mudança no contexto educacional, novos saberes surgem e são cada vez mais exigidos pelo mercado de trabalho tanto nacional quanto internacional. Cabe então compreendermos os novos papéis tanto dos sistemas educativos quanto dos professores na formação de novos profissionais cada vez mais conectados e globalizados.

Apresenta-se uma nova reforma a qual refere-se como reforma da diversidade. Diversidade de instituições, sistemas de ensino, cenários educacionais, bem como os próprios acadêmicos são cada vez mais diversos.

Nesta perspectiva são retratadas seis macro-tendências universitárias na América Latina onde cada qual retrata um cenário educacional, as macro-tendências são:

- Massificação da educação: deselitização da educação superior.
- Diferenciação estudantil e de acesso à educação.
- De Autonomização derivado do aumento do papel do estado como fiscalizador.
- A internacionalização derivada da globalização.
- A virtualização da educação impulsionada pelas mudanças na indústria cultural.
- A mercantilização da educação, cada vez menos haverá universidades gratuitas.

Para atender a essas tendências, as estruturas educacionais principalmente na América Latina tiveram que mudar para se adaptar ao novo contexto educacional, destaca-se formas de governo, financiamento, acadêmico, essas mudanças vão desde mais autonomia e poder aos reitores de universidades à flexibilização do trabalho docente.

A maior transformação da educação superior foi a massificação e o aumento do acesso ao ensino superior, a partir dos anos 90. O número de estudantes é cada vez maior, sendo esta uma consequência das tendências da educação, a massificação, diferenciação, regulação, mercantilização, virtualização e a internacionalização, tendências reais cada vez mais presentes no

cenário educacional, tais tendências se auto sustentam, ou seja, quanto mais se aumenta a internacionalização maior será o efeito de massificação e assim por diante.

### 3. A internacionalização do ensino superior no Brasil

A educação superior brasileira vem se transformando desde a década de 1990, através da privatização e da mercantilização da educação. Segundo Maués e Bastos, as matrículas nas instituições privadas aumentaram exponencialmente, estas instituições passaram a atender aos interesses do mercado de trabalho, que cada vez mais exige novas competências de seus trabalhadores como dinamismo, trabalho em grupo, autonomia, criatividade, liderança entre outras.

Este novo contexto tem consequências diretas nos modelos educacionais que tem que se adequar a esta nova realidade. A tendência mundial de internacionalização também influenciou o governo brasileiro a implementar estratégias e ações de internacionalização, pois buscava desenvolver programas universitários, estimulou o estudo de línguas estrangeiras, incentivou que aluno e professores a estudarem no exterior, promovendo mobilidade para os professores e pessoal administrativo através de programas como o Ciência sem Fronteira.

Para Oliveira et al quem tem o principal papel de internacionalização na educação superior brasileira é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Segundo as autoras, a CAPES desempenha um papel fundamental para o aperfeiçoamento dos modelos de pós-graduação *Stricto Sensu* (As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos (Art. 44, III, Lei nº 9.394/1996, ao final do curso o aluno obterá diploma em todo o território nacional, bem como a formação inicial e continuada dos professores da rede básica de ensino).

Com o objetivo de “assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade para atender as necessidades dos empreendimentos públicos e privados com a finalidade de desenvolver o Brasil” (CAPES, apud OLIVEIRA, 2017). Na segunda metade do século XX, o governo passa a formular estratégias de desenvolvimento para o país. No que corresponde à educação, a CAPES ganha novas competências bem como o incremento de recursos financeiros para desenvolver um projeto de qualificação profissional do corpo docentes universidades brasileiras.

A CAPES torna-se órgão central na educação brasileira tendo autonomia financeira e administrativa, passa a ter mais responsabilidades, responsável pela

elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu* tendo como finalidade avaliar, acompanhar e coordenar as atividades de ensino superior, responsável por incentivar a formação inicial e continuada dos professores pertencentes à educação básica de ensino.

Segundo as autoras diversos programas criados com o intuito de contribuir para o aprimoramento da qualidade da educação básica:

Uma das ações que a CAPES desempenha, na atualidade, é apoiar grupos de pesquisa brasileiros através da cooperação internacional. O Programa de Cooperação Internacional funciona por meio de duas estratégias: os acordos bilaterais (projetos conjuntos de pesquisa entre brasileiros e estrangeiros ligados a programas de pós-graduação) e as parcerias universitárias entre os países (aproximações curriculares dentre as instituições ligadas a estudantes da graduação, pós-graduação e professores) (CAPES, 2015). Nas duas estratégias os estudantes podem ser contemplados com bolsas de estudos custeadas pelo governo brasileiro para capacitação e aprimoramento dos estudos no exterior. (OLIVEIRA ET AL, 2017. p. 3) .

Para possibilitar a mobilidade docente e discente a CAPES firmou acordos de Cooperação Internacional com Programas de 23 países, neste sentido a CAPES vem acompanhando um movimento global de internacionalização.

Conforme Laus nos aponta, “compreender o processo de internacionalização da educação superior no Brasil, deve-se primeiramente levar em conta a diversidade dos Sistemas de Ensino Superior e sua estrutura para atender as demandas educacionais, levando em conta o meio social na qual está inserida ou que pretende atender, essa diversidade tem como base políticas, programas e estratégias estabelecidas por organizações internacionais dentre elas, o FMI, a OMC, a ONU, a OCDE, o Banco Mundial e a Unesco” (LAUS, 2012). Nesse contexto, o Ministério da Educação torna-se peça central no processo da internacionalização da educação superior, bem como agente de regulamentação estatal.

Sob sua tutela está a Secretaria do Ensino Superior (SESu), que é responsável por elaborar, coordenar e supervisionar o processo de formação e implementação da Política Nacional da Educação Superior.

A CAPES ficou encarregada da qualificação dos professores da educação superior, da avaliação e suporte aos programas de pós-graduação e pela concessão de bolsas e pelo Conselho Nacional de Educação encarregado de autorizar a criação de novas instituições e cursos, estabelecer as regras sobre currículos, questões relativas à Educação a Distância, mecanismos de avaliação, credenciamento e reconhecimentos de instituições, validação de diplomas e todas as ações complementares à implementação da LDB.

Segundo Laus, as leis brasileiras estão em constante processo de transformação e adequação ao novo

contexto educacional global, a autora mostra que:

Todo esse conjunto de leis complementares contribuiu para a diminuição do *boom*, ocorrido principalmente no final dos anos 1990, do surgimento de programas de pós-graduação em convênio com instituições estrangeiras, quase todos fora dos padrões legais e de qualidade condizentes com as normas exigidas e aferidas pelo MEC/Capes. A motivação para a exploração de tais programas pode ser buscada nas próprias exigências advindas da LDB que passou a requerer a existência de um terço de Mestres e Doutores para o reconhecimento das IES (BRASIL, 1996), levando algumas delas a buscarem nos citados programas uma forma rápida de titular seu corpo docente. Outros motivadores podem ser encontrados na busca de prestígio internacional para algumas instituições e/ou a inserção regional como fornecedores de pós-graduação para outras. (LAUS, 2017. p. 2012).

Podemos observar que o governo brasileiro através de seus órgãos destinados à educação tenta manter a qualidade da educação através da elaboração de leis e políticas públicas que por muitas vezes restringem o avanço de instituições estrangeiras em território nacional. A autora usa para elaboração de sua tese uma matriz de análise que nos permite compreender o processo de internacionalização tanto em políticas governamentais quanto em instituições de ensino superior como é o caso da UFSC<sup>13</sup>.

Vale destacar primeiramente o conceito de internacionalização pois, segundo a autora a internacionalização de uma universidade corresponde ao processo de diálogo (trabalhos conjuntos, cooperação, intercâmbio, adequação das estruturas institucionais, conflitos e problemas surgidos) com outras universidades ou organizações variadas (empresas, governos, agências internacionais, ONGs) do mundo exterior à fronteira nacional na concepção, desenvolvimento ou implementação de suas funções de ensino e pesquisa e extensão.

Outros indicadores são, dimensão (institucional e organizacional, técnica docente e discente), número de programas próprios e fomentados por agências estrangeiras para a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores, número e tipo de sistema de incentivos institucionais à participação em programas/projetos internacionais, existência de um plano de ação para a cooperação internacional e projeção da IES no exterior, número de acordos e convênios internacionais, número de delegações enviadas ao exterior no período, número de redes e associações internacionais às quais a IES pertence, número de programas de duplo diploma e cotutela, total de professores estrangeiros recebidos, total de professores enviados ao exterior, total de projetos conjuntos com Instituições estrangeiras, total de Conferências e seminários internacionais promovidos nos campos, publicações em língua estrangeira, total de estudantes

estrangeiros recebidos; total de estudantes enviados ao exterior Oferta de programas em língua estrangeira.

Laus conclui que na UFSC vem se construindo um processo que aponta para a sua gradativa internacionalização. O estudo aponta que muitos docentes procuram por programas de pós-graduação neste caso de pós-doutorado fora do território brasileiro, especialmente nos EUA, Espanha e França.

Percebe-se que as universidades dependem de subprodutos da internacionalização, pois em um mercado cada vez mais competitivo e que a cada dia surgem novas IES com sistemas mais dinâmicos e flexíveis e de fácil acesso os modelos educacionais principalmente os públicos tradicionais tem que mostrar sua eficiência e qualidade e isso só é possível hoje através de sistemas de acreditação e certificação internacionais. A partir desta discussão faz-se necessário refletir sobre a formação dos estudantes para um contexto educacional cada vez mais global.

Para tratar deste assunto muito pertinente nos dias atuais, Fossatti e Miranda afirmam que, no contexto atual da educação, a globalização impacta diretamente na formação do estudante. No Brasil os estudantes estão imersos em um campo de cooperação, mas também de competição onde cada qual traz consigo as raízes de sua própria cultura e seu próprio contexto socioeconômico ao tratar deste ponto específico os autores fala que:

Essas questões trazem debates no âmbito do processo de globalização aludidos à grande diversidade e ao engajamento da imigração e à expansão das culturas locais, bem como à mercantilização da Educação Superior. A massificação do acesso à educação superior, por exemplo, poderia ser conduzida por uma visão de que competir globalmente exige uma base de estudantes muito mais preparados para se integrar ao mercado de trabalho e às atividades das grandes empresas. (FOSSATTI e MIRANDA, 2018. p. 59)

Como abordado anteriormente neste artigo o mercado global exige do setor acadêmico cada vez mais competências sendo este um meio de filtro profissional podendo ser observado no recorte do texto anterior. Para criar esses profissionais os autores deixam claro que a convivência nos campus universitários é de extrema importância nos quais os estudantes e colegas interagem entre si e com outros por vezes estrangeiros possibilitando o acúmulo de conhecimento que só seria possível adquirir através de intercâmbio em outros países, isso é possível graças a mobilidade proporcionada pela internacionalização mas isso é influenciado pelo número de estudantes estrangeiros:

No Brasil, a presença de estudantes estrangeiros ainda é baixa se comparada com outros países, mas em muitos *campi* existem alunos de outras nacionalidades. Algumas universidades brasileiras, ainda que poucas, considerando o tamanho do

país, chegam a receber mais de cem alunos estrangeiros por semestre, vindos de diferentes países. Universidades como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista (Unesp) são exemplos dessas IES. (FOSSATTI e MIRANDA, 2018. p. 62).

Neste sentido os estudantes terão que dedicar tempo e dedicação para as competências necessárias para o mercado tanto nacional quanto internacional, faz-se portanto necessário que os acadêmicos desenvolvam habilidades interculturais para colaborar entre si formando-se em equipes abertas às diferenças e ter curiosidade para alargar seus horizontes de ideias e perspectivas, pois, a comunicação intercultural facilita o desenvolvimento de seres humanos interligados e mais cooperativos.

## Conclusão

O processo de internacionalização está diretamente ligado ao processo de globalização com maior impacto a partir dos anos 90. Pode-se definir, então, a internacionalização da educação superior como o processo de integração de uma visão internacional, por vezes convergente, mas também divergente, multicultural e global que as questões de ensino e aprendizagem, investigação e de serviços educacionais em geral.

Estamos então em um processo de criação de um sistema educacional global através de um enfrentamento de forças a favor e contrárias de sistemas nacionais os quais muitas vezes são resistentes à internacionalização como meio de preservar um viés ideológico de suas instituições.

A internacionalização da educação superior é impulsionada por vários fatores tanto políticos quanto de mercado. Ao longo dos últimos 40 anos esse processo interferiu na educação global, na América Latina em especial, mas não foi percebida pois a internacionalização da educação em detrimento a outras é considerada de baixa intensidade, mas de grande influência e poder transformador.

A educação deixou de ser algo destinado às elites (universidades elitistas) para tornar-se de domínio público (massificação da educação) através de instituições privadas e públicas, que possibilitou quatro grandes reformas educacionais a partir dos anos 60.

A internacionalização não está presente apenas na educação, mas também em outros âmbitos como economia, política, cultura e mercado de trabalho, neste sentido as instituições de ensino superior (IES) necessitam cada vez mais estarem adaptadas aos novos moldes educacionais internacionais. Investir em qualificação docente é de extrema importância neste contexto pois as IES são avaliadas por órgãos nacionais e também internacionais onde este último tem maior relevância. O processo de internacionalização possibilita a mobilidade acadêmica tanto docente quanto discente onde estes profissionais e também governos buscam em outras regiões ou países novos conhecimentos que possam ser intercambiados através de acordos de cooperação mútua.

É de conhecimento público que a educação é um direito humano que passou de primeira geração (direito individual) para de terceira geração (direito internacional), os sistemas educativos já não conseguem garantir o acesso a esse direito se não houver presente o papel da internacionalização.

Neste contexto, além das instituições, são beneficiados também os estudantes que têm a oportunidade de conhecer outras realidades, políticas, econômicas e sociais que agregam valor ao conhecimento adquirido e produzido a partir da internacionalização.

No caso do Brasil, o Governo Federal criou mecanismos que possibilitaram essa aproximação internacional, como é o caso da CAPES que é responsável pelo setor de pós-graduação nacional. Por meio da concessão de bolsas de estudo fomenta a mobilidade internacional de estudantes e professores, mas não apenas isso, possibilita também a vinda de estrangeiros ao Brasil para estudar, para intercâmbios e seminários educacionais. Tais políticas públicas tiveram grande aumento a partir da consolidação de regimes de governos democráticos não só no Brasil, mas também em toda a América Latina.

A educação mundial está em constante transformação e ficar de fora deste processo é como nadar contra a correnteza, pois, cedo ou tarde você será arrastado por ela. Caberá aos governos promover e possibilitar através de investimentos financeiros e flexibilização de leis enormes que o currículo educacional possa cada vez mais agregar tudo que de positivo a internacionalização tem a oferecer.

## Notas

<sup>1</sup> La internacionalización educativa es un proceso global en expansión al interior de un sistema económico mundial inmerso y que a la par está inserto en una diversificación y complejización de todas sus dimensiones y áreas bajo las cuales se expresa, entre las cuales los sistemas educativos locales. (RAMA, 2015. p. 5).

<sup>2</sup> Tales realidades están transformando los mercados de educación superior en tanto éstos son impulsados por las fuerzas del mercado, las demandas de la sociedad, la expansión de nuevos conocimientos, las políticas gubernamentales y los estándares internacionales. En este sentido se está frente a un nuevo escenario educativo marcado por el nuevo rol de la educación superior y que se articula con crecientes componentes internacionales y transnacionales. (RAMA, 2015, p. 9).

- <sup>3</sup> Históricamente la educación nacional se conformó en el marco de las fronteras nacionales como un servicio exclusivamente nacional con sus lógicas de pertinencia, del currículo, de calidad y con sus propias instituciones y actores nacionales. Sin embargo, en el escenario de la globalización y de la conformación de la sociedad de información y conocimiento, se constata cómo se está comenzando a estructurar con distinta dimensión e intensidad en países y regiones, una educación con crecientes componentes internacionales. (RAMA, 2015. p. 10).
- <sup>4</sup> En este proceso en curso rápido se están generando múltiples tensiones sociales y económicas derivadas del incremento de la competencia, nuevos paradigmas educativos que se confrontan a las realidades tradicionales, un directo incentivo a la mercantilización de la educación y la oferta privada y la propia interacción de los sistemas nacionales educativos en el escenario internacional. (RAMA, 2015, p. 11).
- <sup>5</sup> Este fue el detonante de la primera reforma universitaria en América Latina, marcada por la Reforma de Córdoba en 1918, que se fue expandiendo e instalando por toda la región y que, al promover la autonomía y el cogobierno universitarios, contribuyó decididamente a la expansión de la cobertura de las universidades públicas, superando los modelos de elite y democratizando el acceso a la educación superior a vastos contingentes urbanos que gracias a la formación profesional iniciaron una amplia movilidad social ascendente. (RAMA, 2015, p. 46).
- <sup>6</sup> La crisis de los modelos de industrialización sustitutiva, la caída de los precios de los productos primarios- ejes ambos que estaban en la base del modelo de inserción dominante en la economía mundial-, marcaban el contexto de un nuevo escenario caracterizado por permanentes crisis fiscales y de las balanzas de pagos, y por la incapacidad de los gobiernos para mantener las tasas de financiamiento que requería la educación superior pública para cubrir las crecientes demandas de los nuevos bachilleres. (RAMA, 2015, p. 47).
- <sup>7</sup> División técnica del trabajo. (RAMA, 2015)
- <sup>8</sup> La educación virtual, más allá de ser un modelo pedagógico diferenciado, nos introduce en el escenario de la “sociedad del acceso”, en el sugerente libro de Rifkin “La era del acceso” en el cual analiza cómo el suministro de los servicios, entre ellos el de la educación, pasarán a distribuirse digitalmente a través de la autopista de la información. Las NTICs permiten el pasaje de la educación a distancia a la educación virtual, el pasaje del modelo analógico al digital, de la pedagogía de cátedras (o de casos) a la pedagogía de la simulación. (RAMA, 2015, p.53).
- <sup>9</sup> La educación presencial, por su estructura de costos, puede llegar a ser una educación de elites, y la educación virtual, por sus escalas, una educación universal. (RAMA, 2015, p. 53).
- <sup>10</sup> La existencia de asimetrías internacionales en términos de calidad, diversidad, pertinencia, equidad y cobertura de los sistemas nacionales, es el factor determinante e impulsor de la internacionalización. Tales asimetrías impulsan demandas de formación u oportunidades que no se logran realizar normalmente en la educación a escala local o subregional . Son estas diferencias entre los sistemas los ejes de la dinámica que impulsa la competitividad por la calidad y el valor de las certificaciones a través de la internacionalización en los diversos mercados universitarios globales. (RAMA, 2015, p. 65).
- <sup>11</sup> La gestión privada de las instituciones de educación superior se puede diferenciar entre *for profit* y *non profit*. La primera se expresa en una dinámica orientada al lucro y donde del total de utilidades obtenidas por la actividad económica de las universidades, una parte es reinvertida normalmente en el funcionamiento y el crecimiento de la institución, pero otra parte se transforma en ganancia directa para sus dueños a través del pago de dividendos. (RAMA, 2015, p. 103).
- <sup>12</sup> Una de los cambios más marcados de la demanda está dado por el crecimiento de la matrícula femenina en la población estudiantil terciaria en la región. Para fines del siglo, la matrícula femenina es superior en casi todos los países y en casi todas las carreras a la matrícula de los hombres, indicando que las viejas banderas que promovían la participación femenina, al menos en este ámbito se alcanzaron, y que el perfil de la demanda estudiantil cambió radicalmente en los últimos años. (RAMA, 2016, p. 21).
- <sup>13</sup> UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

## Referências

- CHAVES ET AL. **Internacionalização da Educação Superior no Brasil**: programas de indução à mobilidade estudantil. Revista Internacional De Educação Superior. Montevideú, Vol2(1), (118-137). Disponível em: <Internacionalização da educação superior no Brasil: programas de indução à mobilidade estudantil>, Acessos em 15 maio. 2020.  
</www.elpais.com.uy/informacion/educacion/alumnos-anotan-educacion-terciaria-tres-sombras> 2016
- FOSSATTI, Paulo.; MIRANDA, José Alberto de. **Gestão da internacionalização da Educação Superior**: desafios para o desenvolvimento do estudante global. rev. educ. PUC- Camp, Campinas, 23(2):273-289, maio/ago., 2018
- LAUS, Sonia Pereira. **A internacionalização da educação superior**: um estudo de caso da Universidade Federal de Santa Catarina / Sonia Pereira Laus. 331 p. 2012.  
Revista de espacios, vol 38 (nº 10), 2017.
- MAUÉS, Olgaíses Cabral. DOS SANTOS, Robson Bastos. **Políticas de internacionalização da Educação Superior**: o contexto brasileiro. Revista educação. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 333-342, set.-dez. 2017
- MOROSINI ET AL. **A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 13 - 37, 2016.
- OLIVEIRA ET AL. **Internacionalização da educação superior**: uma análise dos Programas de Cooperação Internacional – CAPES.
- SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Internacionalização da Educação Superior**: redefinições, justificativas e estratégias. Sér.-Estud, Campo Grande, v. 25, n. 53, p. 11- 34, jan. 2020. Disponível em:  
<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S231819822020000100011&lng= pt&nrm=iso>. Acessos em 18 jun. 2023. Epub 12-Maio-2020.
- VITALE, Claudio Rama. **La universidad sin fronteras**. Ed Magro. San Martin, 222 p, 2015. VITALE, Claudio Rama. **Políticas y reformas universitarias en América Latina**. Ed Magro. Montevideú, 213 p, 2016.